



GT – 16: Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica

A SEGREGAÇÃO NO FUNDAMENTO DA REPRODUÇÃO DA METRÓPOLE MANAUARA

Eduardo Henrique Freitas Braga
Universidade de São Paulo (USP)
ehfreitasbraga@usp.br

RESUMO: Sugerimos aqui que há um movimento nuclear no processo de produção do espaço especificamente urbano nas metrópoles brasileiras – a reprodução, ainda que amplamente tratada por uma geografia urbana crítica radical, assume formas renovadas, redefinidas no seio das transformações recentes, especialmente aquelas que formam as periferias, e portanto, precisa ser mobilizada. É na periferia, inclusive, que as reflexões aqui empreendidas circundam, estabelecendo a segregação como um fundamento do movimento que vai da produção à reprodução do espaço, podendo ser apreendido espaço-temporalmente. Ainda, partimos da metrópole de Manaus (Amazonas) como ponto de partida de nossa análise, acreditando que sua constituição enquanto uma periferia do capitalismo periférico a coloca em posição essencial para o pensamento crítico que se oriente pelo crivo da dialética.

Palavras-chave: Metrópole; Segregação; Reprodução; Periferia; Manaus (AM).

1. INTRODUÇÃO

O que se apresenta como um processo já muito demarcado por uma leitura marxista-lefebvreana da cidade e do urbano, mostra ainda, que em sua realização, a reprodução do espaço é continuamente redefinida, reiterada, superando-se e colocando novos problemas à análise. Não advogamos aqui que se trata de ineditismos ou algo desvendado que foge a todos os elementos observáveis e debatidos por esta mesma leitura, mas sim uma tentativa de somar aos debates já consolidados no âmbito de uma interpretação da metrópole paulistana, novos e

particulares elementos que podem sugerir outras formas de acumulação – ou pelo menos, em um lugar em que ainda não foi devidamente mobilizado. Tratemos aqui da metrópole de Manaus, capital do estado do Amazonas, e como este lugar tem demonstrado outros níveis no processo de produção e reprodução do seu espaço, ainda não apreendidos por uma compreensão que considere os elementos contraditórios de sua formação.

Nos referimos aqui, e como também é previsto no título deste texto, ao processo de segregação como um fundamento da reprodução da metrópole manauara. Nesta hipótese, destacamos dois movimentos: o primeiro, de que a segregação não pode ser lida como um acontecimento da urbanização capitalista, um acidente de percurso ou uma colateralidade, mas sim como elemento essencial à produção do espaço da metrópole; o segundo, de que a reprodução da metrópole só pode ser entendida, hoje, pela reprodução da sua periferia, sem que isso destitua ou inviabilize a força da dialética centro-periferia, a qual consideramos fundamental.

Nesse sentido, buscamos apresentar não apenas algumas problemáticas que nos parecem sintetizar o processo de reprodução do espaço da metrópole, assim como aquelas que escapam às leituras recentes sobre a metrópole manauara. Além disso, consideramos emergente superar as interpretações sobre a urbanização manauara que se dão por uma visão idílica da cidade ou mesmo burocráticas e formalistas, morfocentralizadas. Consideramos uma saída o ato de propor o debate sobre as periferias a partir do seu processo de reprodução, orientado pela cidade como negócio – alcançando, assim, metrópoles da periferia do território nacional. A emergência das transformações das periferias urbanas, que se realizam como condição do processo de acumulação atualmente, é o que motiva estas ambições.

Por fim, é pela reprodução do espaço e da periferia que nos orientamos a fim de situar as problemáticas observadas em Manaus no debate mais amplo de uma urbanização desigual, contraditória, e marcada pelos processos de expropriação e privação, tidos como ordem comum à sociedade urbana já anunciada na década de 1960 do século XX. Como a problemática se situa no debate de uma geografia urbana crítica radical, portanto, é um dos objetivos não declarados aqui, mas que se situa no plano do horizonte como parte de uma agenda de pesquisa ainda em formação.

A urbanização desigual, aliás, é, também uma chave que nos permite pensar nos vínculos próprios a uma urbanização crítica, desumanizante e consolidada na problemática da moradia como sua principal imagem. A reprodução social se dá, nesse sentido, criticamente

(Canetti, 2023). Assim, sugerimos que a metrópole manauara fornece elementos importantes para pensarmos a cidade como negócio e/ou a urbanização capitalista que se realiza em um país periférico da periferia global. São, portanto, alguns níveis de aprofundamento da análise, que aqui não encontram seu encerramento, mas que procura ser um ensaio potente ao futuro.

2. UMA CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL

Em razão de fazer-se entender, aqui um breve esforço de contextualização: o município de Manaus (AM) localiza-se na “beira” do Rio Negro, limitando-se ao norte com os municípios de Presidente Figueiredo, ao oeste com Rio Preto da Eva, ao leste com Novo Airão, e ao sul com Iranduba (e Manacapuru) e Careiro da Várzea, além de Itacoatiara em uma pequena porção sudoeste – mas que se liga por rodovia. Entretanto, a cidade de Manaus não possui em seu espaço metropolitano a conurbação classicamente definida nos termos da metrópole paulistana. O que mais se aproxima desse cenário é a ligação com Iranduba e Manacapuru através da Ponte Philippe Daou, que atravessa o rio por 3,6 quilômetros de extensão. Em relação ao estado, a primazia da metrópole traduz-se nas diversas formas da concentração: populacional e econômica¹, especialmente. O isolamento territorial da metrópole manauara se estende não apenas à sua hinterlândia, mas também ao estado do Amazonas e à região norte: é a maior metrópole da porção ocidental da Amazônia, tendo mais de 1 milhão de habitantes a mais que Belém, a segunda maior cidade da região.

Digo isso não para que a estatística tome de assalto as reflexões empreendidas na pesquisa, mas para que se denote, a partir disso, que os processos observados em Manaus se fundam a partir destas desigualdades, que acabam por encontrar no espaço da metrópole de Manaus não apenas um lugar privilegiado desta reprodução, mas sim o “único lugar possível” de se realizar em território amazonense.

No sentido de que a reprodução do espaço na metrópole manauara se revela inevitavelmente pela reprodução da sua periferia, cabe aqui utilizarmos uma noção que expresse o nível de aprofundamento das contradições da reprodução capitalista no território brasileiro, onde situamos a Amazônia e a metrópole manauara, neste caso, como uma dupla periferia. Tal

¹ A segunda cidade mais populosa do estado Amazonas depois de Manaus é Itacoatiara (103 mil habitantes, em 2022), enquanto o município com a segunda maior participação no PIB do estado é Coari (2,04%, em 2019).

noção nos serve mais como um recurso de linguagem do que como conceito, significando a mediação entre violência do processo de urbanização e a periferia de uma metrópole periférica na periferia do capitalismo. Trata-se, portanto, de níveis de análise que reconheçam em Manaus um lugar onde a reprodução do espaço se realize de modo distinto, ainda que pelos mesmos fundamentos gerais.

Assim, Manaus se constitui nesse instante como uma dupla periferia, onde o processo de urbanização e de reprodução do espaço da metrópole se dá mais fortemente, onde o homogêneo e o particular em luta, produzem algo novo. Carlos (2015), percebe neste movimento – no da reprodução como condição da acumulação – que

o choque entre o que existe e o que se impõe como novo está na base das transformações da metrópole, onde os lugares vão se integrando de modo sucessivo e simultâneo a uma nova lógica, aprofundando as contradições. Este processo realiza-se com extrema violência” (p. 33).

Se no centro dinâmico da economia nacional os processos de formação das extensas periferias urbanas a partir das contradições entre terra-trabalho-capital, do desemprego e da informalidade como saída, ou do movimento de privação do urbano se dão como conhecidos há muitas décadas, aqui, na periferia da periferia, a violência do desenvolvimento espacial desigual se descortina sob as formas mais modernas, e por isso, potencialmente elucidadoras.

Nesse sentido, se a segregação aparece como um processo que define a produção do espaço, e por ele é entendida como um elemento intrínseco à explosão da metrópole, é nele que entendemos que se encontram os fundamentos da metrópole hoje, marcada pela exacerbação de processos de dominação e expropriação anteriores, recorrente a uma economia urbano-industrial. É a partir desse movimento – de entender que a segregação atravessa da produção à reprodução do espaço, reiterando suas formas – que a contradição centro-periferia se mantém fundamental, elementar no que tange à compreensão da reprodução da metrópole hoje.

Destacamos este momento, pois apesar de recorrermos à ideia de reprodução da periferia, não destituímos do processo a centralidade historicamente definida, marcada pela centralidade do poder e da monumentalidade. Consideramos centro-periferia como uma contradição fundamental pois é nesse movimento dialético que se redefinem continuamente os novos conteúdos da urbanização, e mesmo as transformações e os reposicionamentos da periferia na ordem do capital. A produção do espaço, por se definir transhistórica, adquire

especificidades – um tempo e um espaço particulares, reproduzindo localmente os fundamentos gerais da acumulação capitalista.

Dada a essencialidade da dialética centro-periferia, portanto, e alinhado ao entendimento de que a metrópole manauara guarda potências e especificidades para o debate, reiteramos a emergente superação de compreensão do fragmento como um recorte da totalidade, isolado de sua reprodução, para a ideia de fragmento como um elemento revelador dessa totalidade. Nesse sentido, O fragmento, em uma perspectiva crítica e radical que se pretende a partir do escopo do materialismo dialético e de uma leitura lefebvriana do espaço, guarda os elementos da totalidade, ou seja, os fundamentos globais dos processos que se materializam localmente. A compreensão da cidade a partir da cotidianidade permite o alcance da compreensão de processos ainda em movimento, como a reprodução da periferia (e sua redefinição na cidade capitalista do século XXI), a constituição de eixos imobiliários voltados a diferentes rendas, entre outros.

O urbano, portanto, ainda constitui o movimento da reprodução, pois se aprofunda e ganha qualidades irreversíveis com o processo de industrialização, mas o que se coloca agora é o imperativo de uma nova qualidade – uma nova determinação.

A relação centro-periferia, portanto, sai da história, mas produz uma dialética espacial que revela conflitos que continuamente se redefinem. A reprodução do capitalismo se realiza para além das mercadorias clássicas, e encontra o espaço, onde a dialética centro-periferia se preserva, mas se superando, em um movimento contínuo e descontínuo.

Considerando que a produção do espaço traz como consequência sua reprodução, deparamo-nos com a necessidade de pensar o movimento da história que as explicita. A noção de reprodução desdobra-se daquela de produção e decorre da necessidade de compreensão do movimento constante da realização da sociedade, obrigando-nos a pensar os termos da reprodução hoje (sob a égide da reprodução capitalista) em suas possibilidades e limites definidos. Nesse processo, sujeito e objeto vão se revelando (Carlos, 2018, p. 24).

No processo de reprodução da periferia, assim, uma nova condição dessa contradição parece sinalizar a necessidade de ampliarmos os horizontes teórico-metodológicos e mesmo concretos, e aqui Manaus adquire um papel fundamental lugar destas análises. Se a dialética centro-periferia permanece fundamental, a metrópole da Amazônia Ocidental tem na sua constituição um caráter central nas discussões sobre a urbanização desigual no território

brasileiro, delineada por processos que traduzem fortemente a violência da urbanização capitalista a partir dos processos de segregação.

3. CIDADE DE MIGRANTES E INDÍGENAS: A PERIFERIA NO MOVIMENTO DE SUPERAÇÃO

Entendemos que a dialética centro-periferia se constitui no momento de produção do espaço a partir de forças externas ao lugar, produzindo o espaço da migração de populações de regiões menos industrializadas ou economicamente dinâmicas às regiões incorporadas à modernização – assim, as periferias urbanas do momento urbano-industrial podem ser compreendidas pela produção crítica do espaço pelo Estado.

Nesse sentido, a segregação que atravessa a produção do espaço e se redefine como fundamento da reprodução do espaço, ativa determinadas regiões do território, promovendo uma leva de trabalhadores aos principais centros. Nestes termos, Manaus é um caso clássico no território nacional, pois absorve tais deslocamentos desde sua economia extrativa, e tem em seu período de modernização industrial o ponto alto deste processo, com a consolidação da Zona Franca de Manaus (ZFM) e posteriormente com a instalação do Polo Industrial de Manaus (PIM), na década de 1960.

Ainda que inicialmente a Zona Franca de Manaus (ZFM) tenha representado um amortecimento do desemprego e da subocupação na cidade (Cano, 2013), é na posterior inoperante absorção de mão-de-obra do polo industrial da cidade estimulada também pelas mudanças do padrão tecnológico de produção nas fábricas que a expansão das zona norte e leste se transformam na expressão socioespacial do padrão concentrador que a cidade de Manaus continuamente reafirma durante o século XX – reproduzindo-se ainda atualmente. É nestas duas zonas da cidade que encontramos a “periferia clássica” da metrópole manauara, locais de chegada dos migrantes nordestinos, paraenses, e caboclos do interior amazonense, sobretudo.

Quanto ao local de moradia dos migrantes que chegam à cidade de Manaus, ainda, é interessante notar a presença de um percentual maior que 40% nos bairros mais periféricos da metrópole (os presentes na tabela a seguir), segundo dados do censo demográfico do IBGE (2020). Ao confrontar estes mesmos bairros, onde a composição da população migrante em

relação à população total é superior a 40%, com os dados dos valores básicos (preço do m²) dos bairros da cidade, tem-se o seguinte:

Tabela 1: Relação entre o percentual de migrantes e os valores básicos em alguns bairros de Manaus

Bairro	Percentual da população migrante em relação à sua população total (2020)	Valor básico (m ²) (2023-2024)
Ponta Negra	43%	R\$ 422,25
Tarumã	43%	R\$ 166,44
Vila Buriti	42,5%	R\$ 149,83
Distrito Industrial I	42,5%	R\$ 183,95
Distrito Industrial II	42,5%	R\$ 24,96
Colônia Santo Antônio	44,1%	R\$ 365,67
Colônia Terra Nova	43,5%	R\$ 59,03
Novo Israel	44,1%	R\$ 51,02
Santa Etelvina	45%	R\$ 192,76
Monte das Oliveiras	45%	R\$ 42,15
Armando Mendes	40,7%	R\$ 73,30
Tancredo Neves	43,4%	R\$ 106,56
Jorge Teixeira	43,6%	R\$ 106,56

Fonte: IBGE (2020) / Procuradoria Geral do Município de Manaus

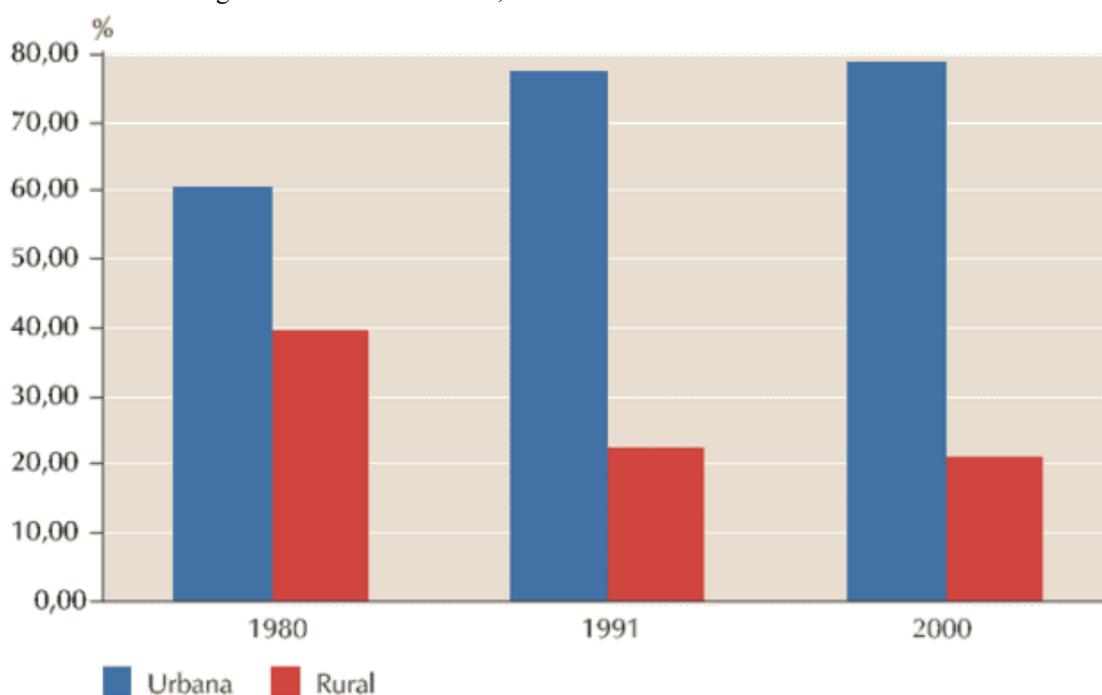
Elaboração: Eduardo Henrique Freitas Braga

Excetuando o bairro da Ponta Negra, onde na via principal, em contato com a Praia da Ponta Negra, os valores são elevados em comparação a todo o restante da cidade, o restante dos bairros onde a população migrante é no mínimo de 40% apresenta valores muito baixos, evidenciando a desvalorização destes terrenos, que, em sua totalidade, foram formados ou são hoje pelo menos lugar de ocupações informais. Nazareth; Brasil; Teixeira (2011) apontam que os migrantes em Manaus com moradia anterior em municípios de outros estados (interestaduais), correspondem a 63,5% do total de migrantes, enquanto os intraestaduais, vindos do próprio Amazonas, correspondem à diferença, com 36,5% do total de migrantes. Destacam-se entre os Estados com maior número de migrantes residindo em Manaus: Pará, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar da diferença no tempo da leitura que aqui empreendemos, os dados nos servem para reforçar o argumento da primazia urbana de Manaus, além do momento de reprodução da periferia que nos orienta nesta pesquisa, onde migram-se grandes quantidades de populações do urbano para o urbano, e que, com a queda do emprego industrial, reproduzem-se e sobrevivem no setor de comércios e serviços, especialmente, aprofundando a informalidade do trabalho na cidade. Quanto aos migrantes intraestaduais, é

notório o fato de que o maior número destes vem dos maiores municípios do interior do estado: Coari, Itacoatiara, Manacapuru, Parintins e Tefé.

A vinda destes municípios denota – além da proximidade e do facilitado acesso à cidade de Manaus – a migração urbano-urbano que citamos anteriormente, onde no ano de 2000, os números chegam a 78,8% em relação à moradia anterior destes migrantes, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Local de moradia anterior (urbana ou rural) dos migrantes recentes (menos de 5 anos de residência) segundo os censos demográficos do IBGE de 1980, 1991 e 2000.



Fonte: Censos demográficos do IBGE (1980, 1991 e 2000), elaborado por Nazareth; Brasil; Teixeira (2011)

Há de se considerar, ainda, movimentos populacionais recentes para Manaus, como no caso dos imigrantes haitianos e venezuelanos, que vem desde o início da década passada (no caso dos haitianos) e se aprofunda com a crise socioeconômica na Venezuela (a partir, principalmente, da segunda metade da década passada). Manaus, nestes casos, ora aparece como transição entre metrópoles maiores do país, ora como lugar de moradia prolongada e permanentes destes imigrantes.

De todo modo, o que se observa é a migração especificamente urbana (baseando-se no local de moradia anterior) e especificamente periférica (quanto aos locais de assentamento destes migrantes na cidade de Manaus). A presença indígena, cabocla e de outros estados (como

a população paraense , por exemplo), dão à Manaus essa determinação, de uma metrópole da busca, do refúgio e do lugar onde a reprodução da periferia orienta a reprodução da própria cidade.

Na dimensão do particular, a presença de populações ribeirinhas (caboclas) e indígenas dão à cidade o que ainda se dá no lugar do exotismo e do idílico, como se a metrópole manauara pudesse, de algum modo, voltar a ser o que nunca foi: um lugar onde os povos tradicionais e originários se encontrassem plenamente realizados em sua cultura. Tal visão, que já sinalizamos anteriormente aqui, rompe e põe uma penumbra à possibilidade de uma compreensão dialética do processo de reprodução da periferia.

As palafitas – moradia tradicional dos caboclos ribeirinhos – não se reproduzem em Manaus como um elemento nostálgico ou mesmo de resgate à habitação tradicional destas populações, mas sim como única possibilidade de habitação ao chegar na metrópole, ou mesmo como uma estrutura adaptada ao terreno da cidade, em áreas onde a urgência se fez de fato, imediata – na beira dos igarapés e do Rio Negro. As ocas, aldeias e outras formas de organização dos povos indígenas na cidade de Manaus se dão como uma demarcação material dos terrenos ocupados nas periferias – onde, muitas vezes, sofrem com os processos de reintegração de posse violentamente executados pelo poder coercitivo estatal, através das polícias.

O processo pelo qual essas populações (especialmente o das comunidades indígenas) se reproduzem nas periferias, se dá, então, em um movimento que vai da aldeia para a cidade e, na cidade, sempre em direção à periferia destituída de bens e serviços e onde a vida se realiza de forma precária (Pereira, 2016).

Na metrópole manauara, portanto, a presença dessas populações na periferia assimila este espaço como essencialmente heterogêneo, mas submetido ao mesmos fundamentos da reprodução capitalista do espaço que outras metrópoles brasileiras: orientada pela segregação e pela privação do urbano atravessada pelo cotidiano.

4. UM NOVO CONTEÚDO DA SEGREGAÇÃO: MANAUS COMO PONTO DE PARTIDA

Como já posto anteriormente, não se pretende aqui, qualquer ineditismo da parte dos processos observados, mas situá-los em outro nível do debate. Em Manaus, os processos de

reprodução da periferia são marcados pela rápida expansão de ocupações nas zonas norte e leste da cidade, onde eclodem moradias autoconstruídas próximas a conjuntos habitacionais e eixos rodoviários. As duas zonas – que também possuem as menores rendas médias mensais – são as mais populosas da cidade, ainda que não possuam as maiores densidades demográficas. Dado este, que nos indica a distribuição desigual dessa população por estes espaços periféricos, onde as extensas porções de terra ainda se sugerem como “disponíveis” às ocupações, nos confins da cidade.

O que é importante considerar, ainda, é que as “baixas” densidades demográficas destas duas áreas da cidade podem se dar pelo extenso território que compreendem (na zona norte, 10 bairros; na zona leste, 11 bairros) que se originaram, em sua maior parte, de ocupações urbanas a partir dos anos 1980 até os dias atuais. Outro fator importante é a disposição do terreno, muitas das vezes formados por grandes encostas, vales ou cortados por igarapés, o que – ainda que não impeça totalmente – dificulta o processo de ocupação e autoconstrução das habitações. Apesar disso, todo terreno, ainda que de difícil habitação, é uma possibilidade para se ocupar e se fixar na cidade. As periferias da metrópole manauara – do antes e do agora – indicam, então, que o fenômeno das ocupações traz na sua história, a práxis dialética, onde concentração/dispersão são produzidas conjuntamente, inseparáveis no plano do lugar e no plano do pensamento. Nesse sentido, Volochko (2023) nos atenta:

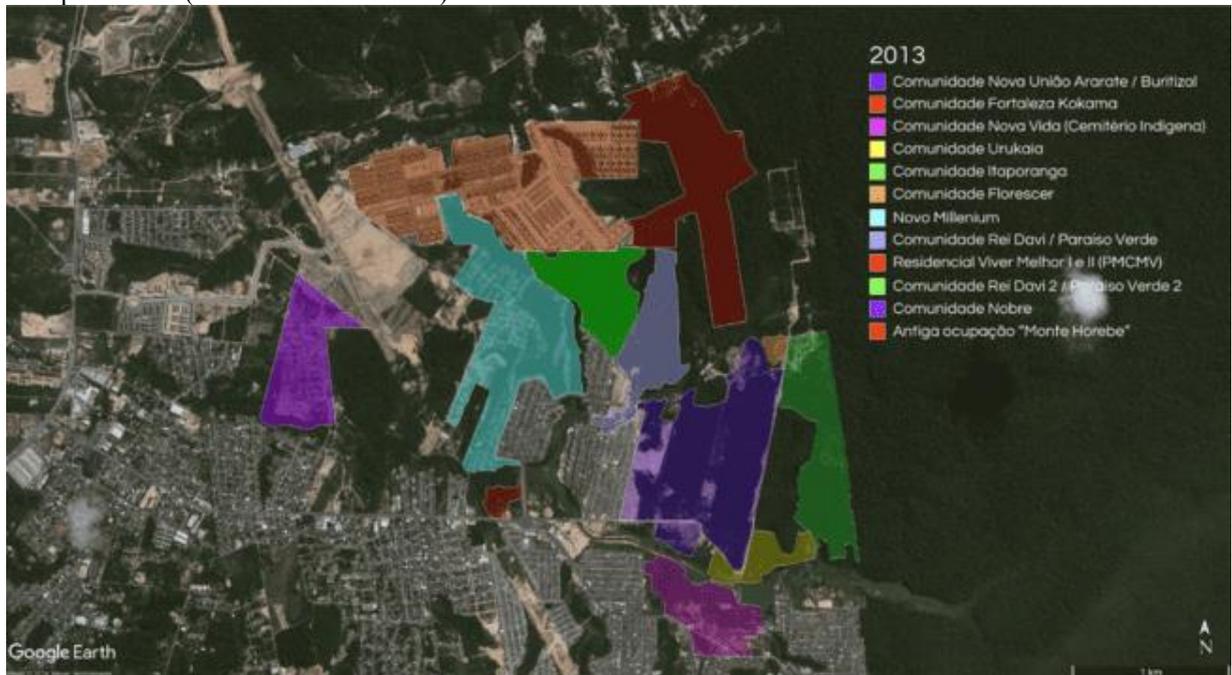
As ocupações trazem a negação, mesmo que momentânea, da propriedade privada do solo naquilo que ela representa como patrimonialismo e instrumento de privação e de reprodução das desigualdades. As ocupações trazem, assim, uma negação do caráter absoluto da propriedade privada que fundamenta e está fundamentada na lógica da troca capitalista (Volochko, 2023, p. 226).

A explosão de periferias em Manaus nas zonas norte e leste de Manaus marca as ocupações compostas por “migrantes” da própria cidade (como nas áreas de risco de deslizamento), migrantes que encontraram em Manaus a primeira grande metrópole brasileiros, vindos da América do Sul (venezuelanos) e Central (Haitianos); caboclos e indígenas. Parque das Tribos, Nusoken, Nova Vida (Cemitério dos Índios), Kokama, Urukaia, Raio de Sol Nascente... todas estas e mais algumas outras revelam-se como processos constante na produção da cidade a partir de seus fragmentos estrategicamente hierarquizados – onde o indígena se insere na lógica da reprodução e da acumulação, especialmente quando a propriedade como fundamento revela em sua origem uma desigualdade “que se realiza enquanto relação de poder,

isto é, pela separação e diferenciação dos grupos e classes, baseadas no lugar que estes ocupam no processo de produção da riqueza social” (Carlos, 2011, p. 47). A partir disso, concordamos com Oliveira (1987) quando este nos afirma que “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (p. 36).

A privação do urbano ou o “mínimo vital”, como assinala Lefebvre (2013), se articula ao debate sobre as condições espoliativas que os espaços periféricos assumem. A espoliação urbana, como mostra Kowarick (1979), se realiza como uma tentativa de compreender o urbano produzido desigualmente, sob a forma da segregação e da exploração do trabalho, em uma metrópole que se encontra em pleno processo de reprodução de suas periferias. Em uma metrópole onde 97% dos indígenas habitantes de Manaus vivem com menos de R\$ 600,00 por mês², a privação se efetiva como norma. Assim, a explosão da condição periférica reproduz as contradições do mundo moderno a partir da reprodução do espaço, e as periferias da metrópole parecem guardar a chave interpretativa deste processo. Nas figuras 1 e 2 seguintes, visualiza-se a explosão do número de ocupações apenas em um fragmento da zona norte da cidade:

Figura 1: Ocupações urbanas (2013) nos bairros Nova Cidade, Lago Azul e Santa Etelvina, limite com a Reserva Adolpho Ducke (Zona Norte de Manaus)



Fonte: Google Earth (2023)

Elaboração: Eduardo Henrique Freitas Braga

² Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2022-05/97-de-indigenas-da-area-urbana-de-manau-vivem-com-menos-de-r600mes>> Acesso em: 29 jul. 2024.

Figura 2: Ocupações urbanas (2023) nos bairros Nova Cidade, Lago Azul e Santa Etelvina, limite com a Reserva Adolpho Ducke (Zona Norte de Manaus)



Fonte: Google Earth (2023)

Elaboração: Eduardo Henrique Freitas Braga

Observamos o crescimento das ocupações que foram elencadas no mapa (exceto a antiga ocupação Monte Horebe) como um processo veloz, que parte da reprodução da precariedade e o imperativo da privação sob a cidade como negócio, aliado à dominação da natureza, produzindo seu outro. Assim, destacamos o crescimento das ocupações Buritizal, Itaporanga e Urukaia especialmente no período de aprofundamento pandemia, a partir de 2020. Convém lembrar que, dado o agravamento do contágio e os sucessivos eventos de lockdown na cidade produziu um conjunto de decisões que aumentava o número de demissões – e, portanto, erodido dos direitos básicos do trabalho, não haveria como pagar um aluguel.

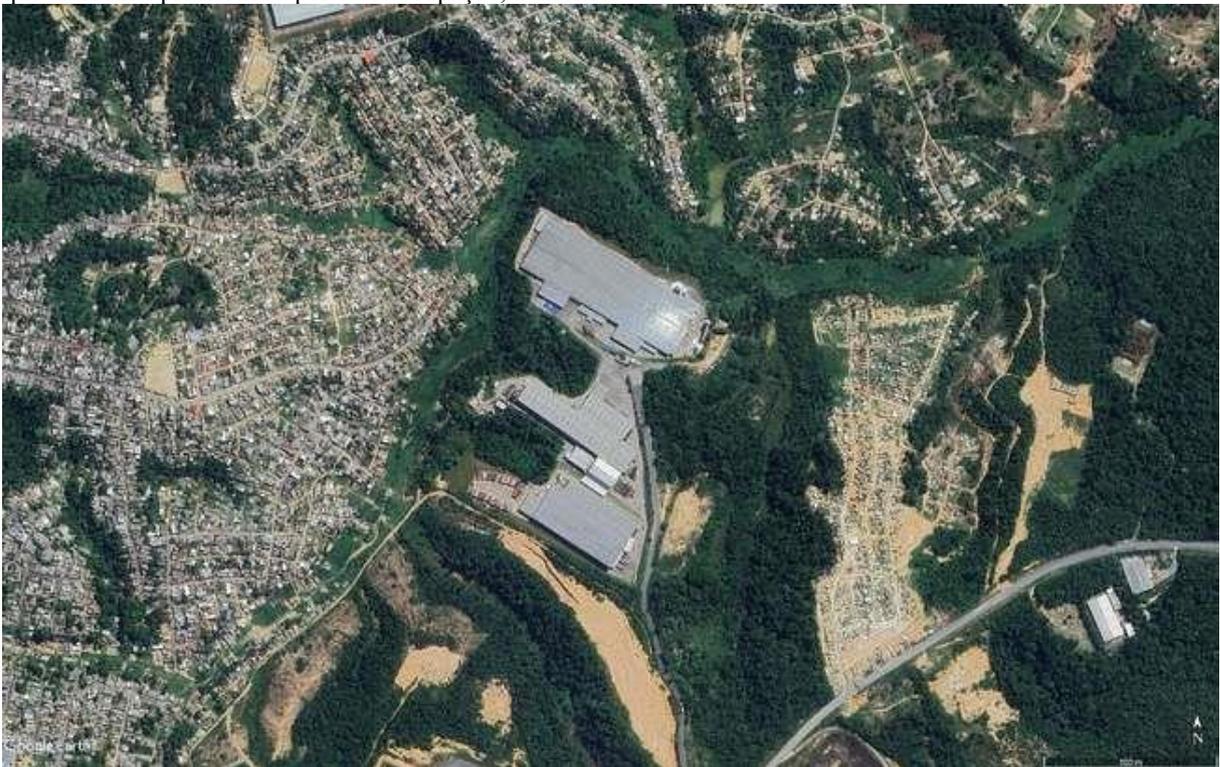
Na periferia, onde tudo é mais violento, os casos de Covid-19 ganham uma complexidade ainda maior, dada a infraestrutura da urbanização brasileira. Em Manaus, segundo um relatório datado ainda de 2020, no primeiro ano da pandemia, a “vulnerabilidade” das populações periféricas se evidencia pelo mapa abaixo, onde bairros como Lago Azul, Santa Etelvina, Nova Cidade, Cidade Nova, Cidade de Deus e Jorge Teixeira, por exemplo, apresentam altos índices de vulnerabilidade³. A reprodução da metrópole, portanto, se reporta

³ MENDONÇA, Heloísa. A difícil tarefa de combater o coronavírus em Manaus, onde metade da população vive em favelas. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-21/a-dificil-tarefa-de-combater-o-coronavirus-em-manaus-onde-metade-da-populacao-vive-em-favelas.html>>. Acesso em: 2 ago. 2024.

aos processos de expropriação que marcam a reprodução das periferias, ocorrentes agora como via de regra na expansão da cidade.

Como uma metáfora visual, a figura 3 abaixo sintetiza a ideia de superação da metrópole manauara como lugar de reprodução da força de trabalho industrial para o momento da reprodução, onde as populações periféricas se reproduzem nas zonas norte e leste da cidade – nesse momento, o espaço se redefine como ele mesmo o lugar dessas novas condições, e não um mero lócus do reprodução do capital.

Figura 3: Cerco à fábrica: no extremo da Zona Leste de Manaus, a ocupação Coliseu (I, II e III) à esquerda, avança em torno de uma indústria de reciclagem do Polo Industrial de Manaus, em território pertencente à SUFRAMA, que também é pressionado por outra ocupação, à direita.



Fonte: Google Earth (2023)

Partindo da ideia de que a produção desigual do espaço se encontra na base da reprodução das relações sociais de produção fundadas no processo de acumulação, a metrópole ganha força como potência elucidativa do mundo moderno, e como expressão maior da vida urbana cada vez mais homogênea. O processo a partir da metrópole, portanto, estabelece novas problemáticas quando pensadas a partir do lugar e de como desigualmente esta é produzida a cada tempo, mas mais ainda, cada espaço, atravessando escalas e iluminando as problemáticas

das dinâmicas socioespaciais - o urbano como negócio e a propriedade privada da terra como ponta do processo.

Nesse sentido, importante é deslocar no plano do entendimento a metrópole como lugar do negócio a ela em si como o negócio, pondo a leitura da cidade e do urbano a partir da virada do século se localiza no superlativo metropolitano que configura às metrópoles do capitalismo (também central, mas predominantemente periférico) um lugar privilegiado na reprodução das relações capitalistas. O reposicionamento do urbano – e da metrópole em si – dentro da análise de geografia urbana crítica radical se dá como um elemento central na emergência teórica aqui proposta. Tal emergência se dá, justamente pela transformação nas metrópoles brasileiras nas últimas décadas, o que se observa tanto nas metrópoles “centrais”, como São Paulo, quanto nas metrópoles “periféricas”, como Manaus.

Assumindo a centralidade do espaço da metrópole nos processos de reprodução do capital no mundo moderno, chegamos à periferia. Esta – a periferia – desponta atualmente como o sentido homogêneo da urbanização do território, para onde se voltam as políticas habitacionais, os empreendimentos imobiliários de alto padrão e as ocupações informais, mediadas muitas vezes por um complexo e confuso conjunto de alianças entre o Estado e outros sujeitos econômicos, políticos e/ou sociais. De todo modo, a periferização, as hiperperiferias, as poliperiferias ou quaisquer outras denominações que indiquem a heterogeneidade que estrutura estes espaços hoje, compõem não mais o acidente, mas a condição do processo de urbanização sob o capital, e a cidade como negócio.

É preciso, então, repensar o lugar da periferia na metrópole, ou seja, sua natureza enquanto espaço privilegiado de investidas do capital. A periferia se revela, em um momento mais imediato e sem quaisquer derivações, como uma dimensão morfológica da metrópole moderna – revela-se, portanto, como segregação. Optando por uma compreensão que busque a constituição da natureza da periferia da metrópole na urbanização crítica, o movimento do pensamento aqui empreendido busca sinalizar que a segregação é não apenas a morfologia como o elemento nuclear, fundamental do processo de reprodução.

A reprodução, nesse sentido, como conceito, “resolve a contradição do capitalismo onde seu limite crítico o implodiria. A reprodução sinaliza o fundamento da acumulação ‘infinita’, onde as crises se dão como condição própria do processo de reprodução ampliada do capital. “Assim, a superação revela o superado e imerge mais profundamente que ele no imediato, embora o superado tenha sido o primeiro imediato” (Lefebvre, 1991, p. 232).

Nestas contradições, onde se dão os argumentos da tese, a vida social aparece privada, precarizada pela erosão dos direitos na cidade industrial que se reproduz e se aprofunda na cidade como negócio. Não testemunhamos, nesse caso, a mera transição de processo de produção a outro. O que sinalizamos, através da reprodução das relações de produção, é a virada (uma inversão) e uma incorporação dialética entre o novo e o velho, o arcaico e o moderno, o que se consolidou e o que se anuncia. As dualidades, já há muito contestadas pelo pensamento social brasileiro (Oliveira, 1987), nos servem como pontos de partida na compreensão de uma metrópole que se realiza pela produção do urbano, e se reproduz criticamente – negando e ao mesmo tempo superando antigas formas sociais imperativas.

O reprodutivo, no plano da metrópole, evidencia fortemente seu elemento repetitivo, mas o extrapola, superando o caráter meramente figurativo da repetição, constituindo-se em um elemento novo, redefinido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É urgente pensar como o capitalismo se apropria das formas segregadas que caracterizam a periferia, da cidade produzida como segregação, e como ele mobiliza estas formas para aprofundar seu processo de acumulação e de reprodução. Nesse sentido, o processo de reprodução das periferias na metrópole manauara sinaliza uma superação desta categoria inserido no processo mais geral de acumulação. A superação se realiza no movimento que leva as periferias urbanas do sentido de acessório da urbanização capitalista, se produzindo como “acidente” – quando os investimentos na cidade ainda se voltavam mais às áreas centrais – ao movimento que a reconheça enquanto uma condição do processo renovado de acumulação, evidenciando o processo de reprodução a partir de si mesmo, conservando sua dialética com a centralidade.

Importante mencionar que quando, em qualquer momento, situamos uma nova condição, nos referimos mais à ideia de que a metrópole manauara carrega uma potência elucidativa dos processos de expropriação que caracterizam a reprodução das periferias atualmente. Ainda, localizamos o texto aqui presente como parte de uma pesquisa em andamento, em vias de investigação, organização e redação. Tratam-se, portanto, de sintomas

e sinalizações preliminares, mas que se sustentam fortemente no sentido da reprodução da metrópole e da segregação como elemento fundamental destas operações.

Reproduzindo-se a partir de si mesmo, estes espaços sintetizam a urbanização como processo sequestrado pela lógica da acumulação, reproduzindo também, suas contradições. Na valorização do valor, a periferia se apresenta como nova fronteira, condição de superação das crises sucessivas. Não como território-reserva, mas como um lugar ativo no processo de reprodução do capital, a periferia em sua heterogeneidade expressa as problemáticas do momento urbano-industrial e as alonga, aprofundando o padrão neoliberal de reprodução das relações de produção.

Manaus, no cerne dessas novas determinações, se revela como uma dupla periferia, e sintetiza em sua urbanização a violência do modo de produção capitalista a partir do conflito entre o hegemônico e o particular, produzindo assim novas e cada vez mais sofisticadas morfologias, regimes ditatoriais e produção do espaço combinando exploração e opressão capitalista (Prieto, 2022). A nova produção imobiliária das metrópoles encontra na periferia não mais uma barreira, mas uma possibilidade de incorporação de seus terrenos às novas rodadas de valorização, dado o fenômeno da raridade do espaço atingirem as áreas centrais das cidades, pelo menos até os primeiros anos deste século. A condição periférica aí se constitui, na consolidação da periferia como frente de expansão e de acumulação.

5. REFERÊNCIAS

CANETTIERI, Thiago. Geografias da reprodução social crítica: fraturas e fronteiras em territórios periféricos durante a crise. In: Rosângela Nair de Carvalho Barbosa; Ney Luiz Teixeira de Almeida. (Org.). **Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida**. 1 ed. Curitiba: CRV Editora, 2023, v. 1, p. 123-148.

CANO, Wilson. **Amazônia**: da crise à integração atípica e truncada. *America Latina en la Historia Económica*, v. 20, p. 67-95, 2013.

CARLOS, A. F. A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). **Crise Urbana**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, A. F. A. **A Condição Espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitan Swing, 2013.

NAZARETH, Tayana; BRASIL, Marília; TEIXEIRA, Pery. **Manaus: crescimento populacional e migrações nos anos 1990**. Informe Gepec Toledo, v. 15, número especial, p. 488-502, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1987.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Indígenas na metrópole: lutas multiétnicas e identidade coletiva na cidade de Manaus (AM)**. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Disponível em: <<https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2018/06/Os-indigenas-na-cidade-de-Manaus-Versão-final.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2024.

PRIETO, Gustavo. A espacialidade da violência. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; RIZEK, Cibele Saliba. (Org.). **Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade**. 1ª ed. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP), 2022, v. 1, p. 126-148.

VOLOCHKO, Danilo. Contradições uso/troca nas ocupações urbanas. In: CONCEIÇÃO, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SOUSA NETO, M. F de; DEL GAUDIO, R. G. (Org.). **Marx, a Geografia e a Teoria Crítica**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2023, v. 1, p. 217-235.